

JUSTICA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE

Termo de Referência 19/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
19/2026	90011-JUSTICA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE	GILMARA ALVES DOS SANTOS	14/05/2026 13:00 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		0000478-43.2026.4.05.7300

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de expediente, cartuchos e outros, para atender as demandas da Seção Judiciária de Sergipe, por meio de Registro de Preços, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL[A1] [A2]
1	CANETA HIDROGRÁFICA (marcador) Aplicação: Quadro branco Cor carga: preto	302539	UNID.	10	R\$ 5,35	R\$ 53,50
2	CANETA HIDROGRÁFICA (marcador) Aplicação: Quadro branco Cor carga: vermelho	302540	UNID.	10	R\$ 5,35	R\$ 53,50
3	CANETA HIDROGRÁFICA (marcador) Aplicação: Quadro branco Cor carga: azul	303822	UNID.	10	R\$ 5,35	R\$ 53,50

4	CANETA MARCA TEXTO Cor: Laranja Com ponta chanfrada O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.	279314	UNID.	30	R\$ 4,70	R\$ 141,00
5	CANETA MARCA TEXTO Cor: Verde Com ponta chanfrada O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.	428784	UNID.	30	R\$ 5,71	R\$ 171,00
6	CLIFE Em aço Tamanho: 6/0 Aplicação: material de expediente	483432	CAIXA c/ 50 UNIDADE	20	R\$ 7,06	R\$ 141,20
7	COLA LÍQUIDA Cor: Branca Multiuso Com 90g Composição: Polímeros vinílicos, conservante e veículo aquoso O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.	386956	UNID.	30	R\$ 8,39	R\$ 251,70
8	FITA ADESIVA Cor: Transparente Auto-adesiva Ideal para o fechamento de caixas e de embalagens.	445375	UNID.	110	R\$ 9,20	R\$ 1.012,00

	O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.					
9	GRAMPO PARA GRAPREADOR Tamanho aproximado: 26/6 mm	253939	CAIXA c/ 1.000 unidades	30	R\$ 15,22	R\$ 456,60
10	GRAMPEADOR GRANDE Material: Metal Capacidade: 100 folhas	4185508	UNID.	5	R\$ 48,80	R\$ 244,00
11	LACRES DE SEGURANÇA Material: Plástico Dimensão: 16 cm Com numeração Pacotes com 100 unidades Tipo: espinha de peixe	337565	PACOTE c/ 100 unidades	40	R\$ 18,45	R\$ 738,00
12	MOLHA DEDOS (UMEDECEDOR) Material Base: Plástico Material Carga: Esponja Tamanho: Único Validade Carga: 2 Anos	229520	UNID.	15	R\$ 5,60	R\$ 84,00

GRUPO 2

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL[A1] [A2]
13	ENVELOPE SANFONADO Material: Papel kraft Dimensão: 31 x 41cm Sem timbre	480909	UNIDADE	3.000	R\$ 1,11	R\$ 3.330,00

	Conforme modelo ilustrativo no ANEXO I					
14	PAPEL SULFITE A4 Tamanho da folha A4 - 210 x 297mm Cor: branco	461819	Embalagem c/ 500 folhas	500	R\$ 26,04	R\$ 13.020,00
15	PAPEL A3 Tamanho: (297 mm x 420 mm), papel com gramatura entre 180g/m² e 250g/m² - couchê fosco e/ou Couchê brilho.	632669	Embalagem c/ 50 folhas	5	R\$ 43,00	R\$ 215,00

GRUPO 3

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL[A1] [A2]
16	L U V A P A R A PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO , em látex natural íntegro. Tamanho pequeno (P) , comprimento mínimo de 220 mm, lubrificada com pó bioabsorvível, não estéril, textura uniforme, resistente a tração sem provocar estiramento, uso único. formato anatômico, ambidestra. isento de irritantes	619857	EMBALAGEM c/ 100 unidades	30	R\$ 29,91	R\$ 897,30

	dérmicos, resíduos e impurezas, punho ajustado e de fácil calçamento. embalagem resistente com indicação de abertura picotada, contendo identificação do produto, lote e validade. todo o material deve ser resistente, permitir manuseio. Deve apresentar certificado de aprovação (ca) de proteção das mãos contra agentes biológicos, registro na anvisa e selo de conformidade no inmetro.					
17	<p>LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, em látex natural íntegro.</p> <p>Tamanho médio (M), comprimento mínimo de 230 mm, lubrificada com pó bioabsorvível, não estéril, textura uniforme, resistente a tração sem provocar estiramento, uso único. formato anatômico, ambidestra. isento de irritantes dérmicos, resíduos e impurezas, punho ajustado e de fácil calçamento. embalagem resistente com indicação de abertura picotada, contendo identificação do produto, lote e validade. todo o material deve ser resistente, permitir manuseio. Deve apresentar certificado de aprovação (ca) de proteção das mãos contra agentes biológicos, registro na anvisa e selo de conformidade no inmetro.</p>	619858	EMBALAGEM c/ 100 unidades	50	R\$ 32,22	R\$ 1.611,00
18	<p>LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, em látex natural íntegro.</p> <p>Tamanho grande (G), comprimento mínimo de 230 mm, lubrificada com pó bioabsorvível, não estéril, textura uniforme, resistente a tração sem provocar estiramento, uso único. formato anatômico, ambidestra. isento de irritantes dérmicos, resíduos e impurezas, punho ajustado e de fácil calçamento.</p>	619859	EMBALAGEM c/ 100 unidades	50	R\$ 38,26	R\$1.913,00

	embalagem resistente com indicação de abertura picotada, contendo identificação do produto, lote e validade. todo o material deve ser resistente, permitir manuseio. Deve apresentar certificado de aprovação (ca) de proteção das mãos contra agentes biológicos, registro na anvisa e selo de conformidade no inmetro.					
--	--	--	--	--	--	--

GRUPO 4

ITEM	ITEM - 33ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A1] [A2]
19	PILHAS ALCALINA AA, RECARREGÁVEL, embalagem com 2 (duas) pilhas.	458335	EMBALAGEM com 2 (duas) pilhas.	100	R\$ 20,00	R\$ 2.000,00
20	PILHAS ALCALINA AAA , RECARREGÁVEL, embalagem com 2(duas) pilhas	424039	EMBALAGEM com 2 (duas) pilhas.	100	R\$ 21,90	R\$ 21.190,00

GRUPO 5

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL[A1] [A2]
21	CARTÕES EM PVC RÍGIDO, para crachás com furo (visitantes). Dimensões aproximada: 8,60cm altura 5,40cm largura Cor: branca Conforme modelo ilustrativo no ANEXO II	350865	UNID.	200	R\$ 8,43	R\$ 1.686,00
22	PRESILHAS (clips) jacaré	352989	UNID.	200	R\$ 1,66	R\$ 332,00

	Conforme modelo ilustrativo no ANEXO II					
23	CARTÕES EM PVC RÍGIDO , para crachás (Servidores). Dimensões aproximada: 8,60cm altura 5,40 cm largura Cor: branca Conforme modelo ilustrativo no ANEXO II	350865	UNID.	500	R\$ 8,43	R\$ 4.215,00
24	PROTETORES PARA CRACHÁS EM PVC RÍGIDO , transparente. Medida aproximada: 8,80 cm altura 5,70 cm largura Conforme modelo ilustrativo no ANEXO II	355409	UNID.	200	R\$ 1,96	R\$ 392,00
25	CORDÕES Tipo fita poliéster, cor azul marinho, (personalizado) , com prendedor tipo jacaré. Dimensões aproximada (variação +/- 5%): 80cm compr. 20mm largura Cor: branca Conforme modelo ilustrativo no ANEXO II	474051	UNID.	200	R\$ 6,39	R\$ 1.278,00

GRUPO 6

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL[A1] [A2]
26	CARTUCHO MLTD205L - IMPRESSORA ML3710 E SCX-4833FD SAMSUNG ou Similar O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada	401616	UNID.	30	R\$ 71,95	R\$ 2.158,50

	pele fabricante, a partir da sua data de fabricação.					
27	CARTUCHO MLTD203U IMP/ M4020ND / M4070FR SAMSUNG ou Similar O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.	426542	UNID.	50	R\$ 232,75	R\$ 11.637,50

GRUPO 7

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL[A1] [A2]
28	BANDEIRA DO BRASIL Material: 100% poliéster, tergal ou similar. Dimensões aproximadas: 1,12 x 1,60m	362948	UNID.	10	R\$ 95,00	R\$ 950,00
29	BANDEIRA DO MERCOSUL Material: 100% poliéster, tergal ou similar. Dimensões aproximadas: 1,12 x 1,60m.	605911	UNID.	8	R\$ 120,00	R\$ 960,00
30	BANDEIRA DE SERGIPE Material: 100% poliéster, tergal ou similar. Dimensões aproximadas: 1,12 x 1,60m	438583	UNID.	10	R\$ 70,00	R\$ 700,00
31	MASTRO PARA BANDEIRA COMPLETO Em alumínio , cromada na cor prata, com ponteira lança (com pontas arredondadas) e base.	633894	UNID.	45	R\$ 430,50	R\$ 19.372,50

	<p>Altura aproximada do mastro com lança: 2,20M (variação de até 10%), com suporte. Mastro para uso de bandeiras nos tamanhos 0,90 x ,28m, a ser utilizado em áreas internas, como auditório, salas, outros.</p> <p>Conforme modelo ilustrativo no ANEXO III</p>				
--	---	--	--	--	--

ITENS DIVERSOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL[A1] [A2]
32	<p>CADEADO</p> <p>Em latão, haste em aço, largura 40 mm</p>	298375	UNID.	20	R\$ 22,04	R\$ 440,80
33	<p>CHAVEIRO QUADRADO</p> <p>plásticos para claviculário, cor amarelo.</p> <p>Conforme modelo ilustrativo no ANEXO IV</p>	372764	UNID	200	R\$ 19,45	R\$ 3.890,00
34	<p>FITA ROTULADORA</p> <p>Brother 12 mm 0,47" Compatível com a máquina rotuladora Laminated - TZ e Tape. 0.13-0.7" 3.5- 18mm P - Touch</p>	615989	UNID.	20	R\$ 121,77	R\$ 2.435,40
35	<p>FITA ZEBRADA</p> <p>Material: Polietileno de baixa densidade sem adesivo.</p> <p>Espessura de 3 micras Largura: 7 cm</p> <p>Cor: Zebrada (preto e amarelo), padrão de advertência.</p>	624637	UNID.	15	R\$ 17,97	R\$ 269,55
	<p>QUADRO BRANCO DE PARECDE</p>					

36	Dimensão: 1,20 x 1,00 cm (Variação+- 5%) Tipo fixação: Parede Componentes Adicionais: Com suporte para apagador e lápis	458677	UNID.	10	R\$ 251,46	R\$ 2.514,60
37	SINALIZADOR DE TRÂNSITO Material: Plástico Tipo: corrente Cor: amarelo/preto (zebrada) Aplicação: Isolamento de área	271213	ROLO DE 50 METROS	15	R\$ 110,00	R\$ 1.650,00
38	SUPORTE PARA BANNER Material: Alumínio Altura aproximada: 1,30M à 2,40m Com regulagem de altura, ajustável. Base: Tipo tripé	617851	UNID.	10	R\$ 132,99	R\$ 1.329,90

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.[A3]

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.[A4]

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

OBS.: Qualquer diferença existente entre o código CATMAT e as especificações detalhadas, deve-se considerar essa última.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP nº. 75/2025), Conforme transcrito abaixo:.[A1]

2.2. Trata-se de Registro de Preços para aquisição de materiais de expediente, cartuchos e outros, visando a reposição do estoque do Almoxarifado, para o atendimento das demandas das unidades judiciárias e administrativas da Seção Judiciária de Sergipe, os quais são essenciais para o dia a dia dos Magistrados(as), Servidores(as) e demais força de trabalho da JFSE, sendo fundamental para o bom funcionamento das unidades.

2.3. As demandas da presente contratação estão incluídas no PCA/2026 - Item JFSE-SE-SMP - 0006, Aquisição de materiais expediente e cartuchos.

2.4. A estimativa das quantidades dos itens, foi obtida pelo sistema GEAFIN, bem como pelas demandas solicitadas no PCA 2026.

2.5. A presente aquisição, será realizada por meio de ata de registro de preços no período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84, da Lei 14.133/2021, cujo fornecimento será por demanda, mediante solicitação do responsável indicado pela ADMINISTRAÇÃO.

2.6. A formação dos 7 GRUPOS, justifica-se em razão de que o agrupamento decorre dos itens serem comuns, de características similares, almejando um melhor padrão de qualidade e eficiência, além de garantir a uniformidade e durabilidade dos produtos almejados, bem com, proporcionar uma melhor fiscalização nas obrigações firmadas com os fornecedores. Sendo assim, o não parcelamento do objeto em alguns itens não tem como objetivo restringir a competitividade no certame licitatório, mas sim tornar mais atrativa entre os licitantes, resultando numa licitação mais competitiva, mantendo a celeridade e vantajosidade na contratação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (Item 7 do ETP nº. 75/2025), Transcrito abaixo: [A1]

3.1.1. Trata-se de contratação para o fornecimento de materiais de expediente, cartuchos e outros, solicitados no PCA 2026, demandas setoriais e para suprir o estoque do almoxarifado, os quais serão utilizados nas atividades administrativas e Varas Judiciárias da JFSE.

3.1.2. Justifica-se a realização de Sistema de Registro de Preços (SRP) por ser demanda necessária, sendo a alternativa mais apropriada para o registro e aquisição dos materiais, visando a reposição do estoque para atendimento das demandas, com prazo de vigência de contratação de 1 (um) ano, sendo prorrogável por igual período, conforme a Lei nº 14.133/2021, sendo registrados pela administração as quantidades necessárias.

3.1.3. A conveniência das entregas serem parceladas, tem como objetivo o não acúmulo de material em estoque, correndo-se o risco de perda precoce por deterioração demais e causas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade[A2]

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Deverá observar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução do objeto quando couber:

4.1.2. Que sejam organizados, no todo ou em parte, por material, atóxico e biodegradável;

4.1.3. Sempre que possível e aplicável, observar e respeitar:

4.1.4. Os requisitos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.- A Lei nº 12.305, de 2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.2. Os itens dos grupos 1, 4, 5, 6 e itens diversos, se enquadram no **item 9 - CADASTRO TÉCNICO FEDERAL ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS** - Fabricação ou industrialização de produtos em geral, do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 8ª. Edição.

4.3. Itens do grupo 2 - Luvas de procedimentos não cirúrgica:

4.3.1. As luvas de Procedimentos não cirúrgica - Consta no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 8ª. Edição, **item 8** - Aquisição de medicamentos, insumos hospitalares, materiais da área de saúde, material de limpeza, higiene e cosméticos.

4.4. Itens do grupo 3 - Pilhas alcalinas AA e AAA recarregáveis :

4.4.1. As pilhas alcalina AA e AAA recarregáveis - Constan no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis 8ª. Edição, **item 26.**

4.4.2. As pilhas alcalinas AA e AAA recarregáveis comercializadas no território nacional devem respeitar limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO ou demais laboratórios admitidos pela Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012.

4.4.3. Não são permitidas formas inadequadas de destinação final de pilhas e baterias usadas, tais como:

a) lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

b) queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

c) lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.5. Os estabelecimentos que comercializam pilhas alcalinas AA e AAA recarregáveis e a rede de assistência técnica autorizada pelos respectivos fabricantes e importadores devem receber dos usuários os produtos usados, respeitando o mesmo princípio ativo, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº. 03, de 30/03/2010. Para tanto, devem manter pontos de recolhimento adequados. Essa informação pode subsidiar campanhas de educação ambiental nos órgãos públicos para que os servidores efetuem a destinação adequadas das pilhas usadas de uso doméstico ou ainda para a entrega voluntária das mesmas no órgão público, com posterior encaminhamento aos locais indicados no site do Sistema nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos Sólidos (SINIR).

4.6. O produto deve obrigatoriamente observar o sistema de logística reversa:

4.6.1. São considerados apropriados os seguintes procedimentos de destinação ambientalmente adequada:

a) A devolução ao fabricante/importador que possua sistema de logística reversa;

b) O encaminhamento para empresas recicladoras, responsáveis pela desmontagem, descaracterização, reaproveitamento, reciclagem dos produtos e tratamento final dos rejeitos, desde que licenciadas pelo órgão ambiental competente.

Indicação de marcas ou modelos

4.7. *Na presente contratação será admitida a indicação, característica(s) ou modelo(s), de acordo com as especificações contidas no item 26 e 27 da cláusula 1.1 deste artefato [A3] .*

Da exigência de amostra

4.8 . *Não será necessário apresentação de amostra dos itens licitados neste certame.*

Subcontratação

4.9. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.[A6]*

Garantia da contratação[A8]

4.10. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.*

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.11. A fixação das cotas reservadas para microempresas e empresas de pequeno porte, não será aplicada, em virtude de observarmos que nas licitações constantes na pesquisa de preços realizada no comprasnet não há a quantidade suficiente de fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP capazes de cumprir as exigências do edital, incidindo a exceção do art. 10,

inciso I do Decreto nº 8.538/2015: ou seja, quando: "I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas [...] capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, justificadamente; [...] IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º".

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos itens será de **30 (trinta) dias** após a solicitação realizada sob demanda, de acordo com a necessidade da Seção Judiciária de Sergipe, contados do(a) recebimento da Nota de Empenho, conforme quantidade formalizada no pedido pela Administração da JFSE.

5.2. A solicitação de entrega dos produtos, será realizada de forma parcelada, no mínimo 2 (duas) vezes ao ano, de acordo com a necessidade da JFSE.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **08 (oito)** dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens a serem adquiridos pela Seção Judiciária de Sergipe deverão ser entregues no seguinte endereço abaixo, reservando-se a cada órgão aderente indicar o seu lugar de entrega: [A3]

5.4.1. Depósito da Justiça Federal em Sergipe, situado na Av. Augusto Franco (antiga Avenida Rio de Janeiro), 2500, bairro Ponto Novo, Aracaju/SE, CEP 49097-670 (galpão localizado nas dependências do Hiper Sales), de segunda à sexta-feira, das 08 às 15 horas. Telefone: 3216- 2200 – Ramal 2433.

OBS.: A entrega dos materiais deverá ser previamente combinada com a Seção de Material e Patrimônio - SMP, telefone (79) 3216-2200, ramais: 2306/2305, (79) 99986-2968 (falar com Ana Paula Lima Ou Gilmara Alves), com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas ou e-mail: na.smp@jfse.jus.br; c/c anapaula.lima@jfse.jus.br.

5.5. **Havendo prorrogação da vigência da ARP por mais um ano, consequentemente haverá renovação do quantitativo inicialmente registrado, desde que atenda os requisitos abaixo, conforme termos estabelecidos no Parecer nº 00075/2024 /DECOR/CGU/AGU (Comunicado Nº 40/25 - Renovação de quantitativos das atas de Registro de Preços — Portal de Compras do Governo Federal):**

5.5.1. Comprovação da manutenção do preço vantajoso para a administração;

5.5.2. Previsão expressa no ato convocatório e na ata de registro de preços;

5.5.3. Tema tratado na fase de planejamento da contratação;

5.5.4. Prorrogação celebrada por termo aditivo, dentro do prazo de vigência da ata.

5.6. Obrigação da Contratante

5.6.1. Encaminhar via e-mail, juntamente com a Nota de Empenho.

5.6.2. Emitir o pedido por meio da Nota de Empenho.

5.6.3. Conferir se os materiais estão de acordo com as especificações estabelecidas no item 1 deste Termo de Referência.

5.6.4. Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Termo.

5.6.5. Conferir a regularidade da Nota Fiscal, a descrição completa dos itens, com os quantitativos, valores unitários e totais e identificação do número do Empenho.

5.6.6. Efetuar o recebimento provisório e o recebimento definitivo do objeto.

5.6.7. Efetuar todo o pagamento devido à Contratada, após a entrega dos produtos e da aferição da Nota Fiscal devidamente atestada pelo Fiscal da contratação.

5.7. Obrigação da Contratada

5.7.1. Entregar os itens almejados dentro das condições estabelecidas e respeitando os prazos fixados.

5.7.2. Providenciar, imediatamente, a correção das deficiências apontadas pela Seção Judiciária de Sergipe com respeito ao fornecimento do objeto.

5.7.3. Caso os produtos estejam em desconformidade com os requisitos exigidos na especificação deste TR, caberá à Contratada arcar com o custo integral da nova reprodução.

5.7.4. Responsabilizar-se pela quantidade e qualidade dos materiais, substituindo no prazo de **20 (vinte) dias úteis**, aqueles que não se adequarem às especificações constantes deste Termo, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive cancelamento da Nota de Empenho.

5.7.5. Cumprir os prazos previstos neste Termo de Referência .

5.7.6. A Contratada deverá informar mudança de endereço, telefone e e-mail em caso de alteração desses dados até o término da contratação.

5.7.7. Apresentar Nota Fiscal de acordo com as normas vigentes, contendo a descrição completa dos itens, com os quantitativos, valores unitários e totais.

5.7.8. Responsabilizar-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e sociais de seus funcionários, bem como garantir o produto contra defeitos ocultos.

5.7.9. Acondicionar os itens de forma adequada para evitar danos durante o transporte e garantir a higiene.

5.7.10. Caso necessária a devolução do objeto, a Contratada arcará com qualquer custo decorrente da devolução do material, incluindo o transporte da mercadoria.

5.7.11. As despesas com transporte, carga, descarga e entrega no local determinado pela administração pública são de responsabilidade do licitante vencedor, não podendo ser repassados custos adicionais de frete à contratante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.8. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos. [A1]

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:[A1]

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias*

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia:[A2]*

7.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

7.2.4.3. *. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4.os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **5 (cinco)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **2 (dois)** dias úteis.[A3]

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGPM** de correção monetária.[A4]

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito[A11]

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado[A16] , os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IGPM**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A17] .

8.3042.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será realizada de forma parcelada, no mínimo 2 (duas) vezes ao ano, **conforme pedidos a serem realizados pela Administração da JUSTIÇA FEDERAL DE SERGIPE**.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será[A2] :

9.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 01 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação[A3]

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores; [A6]

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A8]

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A9]

Qualificação Econômico-Financeira[A10]

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Disposições gerais sobre habilitação

9.24. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.25. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.26. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.27. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.2. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 103.788,05 (Cento e três mil, setecentos e oitenta e oito reais e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Com base na Instrução Normativa nº.65/2021, a estimativa de preços foi obtida por meio do Sistema COMPRASNET (id. 5720721).

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 001/090011;

II) Fonte de recursos: 100;

III) Programa de trabalho: 168312;

IV) Elemento de despesa: 309030;

V) Plano interno: ISENTO.

11.3. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente[A2].

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como **sigilosas**

Aracaju (SE), 14 de maio de 2026.

GILMARA ALVES DOS SANTOS

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o **prazo de**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato **Nota de Empenho**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no **Edital** no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *O prazo de vigência da Ata de Registro de preços, será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogável, por igual período, desde que comprovado o preço mais vantajoso, conforme estabelecido no Art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.*

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**. [A5]

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, *e da relação da rede de assistência técnica autorizada [A9]* ;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados; [A10]
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em **Sergipe**, Seção Judiciária de **Sergipe** para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no **Edital**, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o **Pregão** nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA PAULA LEO LIMA

Membro da comissão de contratação

GILMARA ALVES DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 13:00:34.